



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 290/09

2ª CÂMARA

SESSÃO DE 12/03/2009

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/5660/2007 AI: 1/200713293

AUTUANTE: JOSÉ ELIOMAR ALVES DA SILVA

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: INDÚSTRIA AUTOFLEX LTDA.

CONSELHEIRA RELATORA: SANDRA MARIA TAVARES MENEZES DE CASTRO

**EMENTA: DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO
ACESSÓRIA – EMBARAÇO À FISCALIZAÇÃO – MULTA -
REINCIDÊNCIA NÃO CONFIGURADA – PARCIAL
PROCEDÊNCIA – UNANIMIDADE.**

1 - Comprovada a infração ao art. 815 do Dec. 24.569/97 pela não entrega ao Fisco de livros e documentos fiscais solicitados através do Termo de Início de Fiscalização.

2 - O valor da multa aplicada na inicial (7.200 ufirces) deve ser reduzido para o equivalente ao valor de 1.800 ufirces uma vez que não restou caracterizada a reincidência de que trata o § 8º do art. 123 da Lei 12.670/96.

3 - Violação ao Art. 815 do Dec. 24.569/97.

4 - Aplicada multa prevista no art. 123, VIII, "c" da Lei 12.670/96.

5 - Recurso Oficial conhecido e não provido.

6 - Decisão de acordo com o Parecer adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

4

RELATÓRIO

Cuidam os autos de:

"Embaraçar, dificultar ou impedir a ação fiscal por qualquer meio ou forma. A empresa supra deixou de apresentar os livros e documentos fiscais a autoridade competente pré estabelecidos caracterizando embaraço a fiscalização, solicitados através de Termo de Início num. 2007.24458 datado de 09 de outubro de 2007, sendo aplicada uma multa de 7.200 ufrices. Veja Informação complementar em anexo."

Apontado como dispositivo infringido está o art. 815 do Decreto 24.569/97 e como penalidade aplicada a prevista no art. 123, VIII, "c", da Lei 12.670/96.

A multa exigida perfaz o valor de R\$ 15.035,76 equivalente à 7.200 UFIRCES.

Nas Informações Complementares o agente do Fisco esclarece que se trata do terceiro auto de infração por embaraço à fiscalização (fl. 04).

A autuada foi revel em 1ª instância ocasião em que o lançamento tributário foi julgado parcialmente procedente com a redução da multa inicial.

Entendeu a julgadora singular que, por se tratar de uma ação fiscal que fora reiniciada, não restou caracterizada a reincidência posto que os autos de infração anteriores foram lavrados sob a égide de outro ato designatório e Termo de Início de Fiscalização. Recorreu de Ofício (fls. 10/12).

Embora regularmente intimada, a autuada mais uma vez não se manifestou nos autos.

Parecer da Consultoria Tributária manifestou-se pela confirmação da decisão singular (fls. 28/29). O Parecer foi adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado (fl. 30).

É O RELATÓRIO

8

VOTO

Cuida-se de Recurso Oficial que traz à revisão decisão singular que julgou parcial procedente a acusação de embaraço à ação fiscal de que trata o art. 815 do RICMS.

Na ocasião a autoridade julgadora, embora tenha admitido que restou perfeitamente caracterizada a infração, refutou a alegação de reincidência, o que conduziu a exclusão da agravante de que trata o § 8º do art. 123 - Lei 12.670/96.

Compulsando os autos se verifica que a inicial é proveniente da Ordem de Serviço 2007.27555 e que os dois outros autos anteriormente lavrados em razão também de embaraço a fiscalização dizem respeito a Ordem de Serviço nº 200721608.

À esse propósito cabe trazer à lume a manifestação da Consultora Tributária, a qual me acosto sem reparos:

"...verificamos que o presente processo não se refere a uma reincidência de embaraço, haja vista ter sido proveniente do Termo de Início de Fiscalização nº. 2007.24458, emitido em razão da Ordem de serviço nº 2007.27555, não tendo havido autuações anteriores relacionadas àquela mesma Ordem de Serviço.

O fato do contribuinte ter sido autuado anteriormente duas vezes por embaraço, através dos autos de infração nº (s) 2007.10472 e 2007.11427, não implica na reincidência em relação a este processo, pois aqueles autos se referem a outra Ordem de serviço, portanto, a ação fiscal diversa."

(fl. 29)

Por outro lado, infere-se das Consultas acostadas às fls. 21/26 que há uma relação de continuidade entre os atos designatórios mencionados, tendo, o presente, reiniciado ação anterior.

Mesmo nessa situação há que se acolher o fundamento da decisão recorrida posto que se retoma a posição de início de fiscalização com a emissão de novos Termos e solicitações.

Ora, na hipótese a infração se configura pelo não atendimento justificado do Termo de Início que solicitou a apresentação dos livros e documentos fiscais a fim de que se efetuasse a auditoria sobre os mesmos, o que reforça a idéia de uma única solicitação sob a égide do presente ato designatório.

4

Após essas breves considerações, VOTO no sentido de que se conheça do Recurso Oficial, negar-lhe provimento para confirmar a decisão parcialmente condenatória proferida em 1ª instância de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária aprovado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

É COMO VOTO

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

MULTA..... 1.800 UFIRCES

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1º INSTÂNCIA e recorrido INDÚSTRIA AUTOFLEX LTDA.,

RESOLVEM os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Oficial, negar-lhe provimento para confirmar a decisão **parcialmente condenatória** proferida em 1ª instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 23 de abril de 2009.


Sandra Mª Tavares Menezes de Castro
CONSELHEIRA RELATORA


Silvana Carvalho Lima Petelinkar
CONSELHEIRA


Francisca Manta de Sousa
CONSELHEIRA


Ana Maria Martins Timbó Holanda
CONSELHEIRA

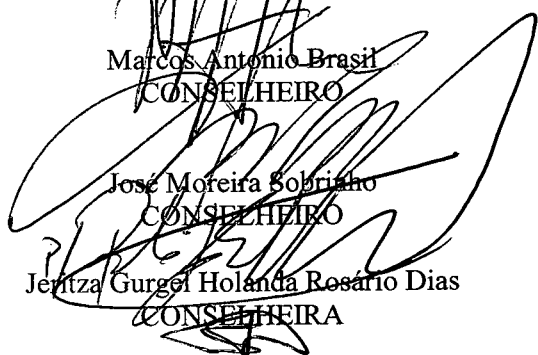

Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO


José Wilame Falcão de Souza
PRESIDENTE


Marcos Antonio Brasil
CONSELHEIRO


José Moreira Sobrinho
CONSELHEIRO


Jéssica Gurgel Holanda Rosário Dias
CONSELHEIRA


Sebastião Almeida Araújo
CONSELHEIRO